



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1247, DE 2025

Dispõe sobre a exploração sustentável de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas e em áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2025

Dispõe sobre a exploração sustentável de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas e em áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece diretrizes e normas específicas para a exploração sustentável de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas e em áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional, buscando compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente e à biodiversidade, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

§ 1º O Poder Executivo especificará os limites da área da Foz do Amazonas, bem como das áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional, para fins de exploração e produção de hidrocarbonetos;

§ 2º Esta lei se aplica aos contratos regidos sob os regimes de Concessão e de Partilha de Produção, de que tratam as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, respectivamente.

**Art. 2º** A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes dispositivos:





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

“**Art. 30-A.** A exploração e produção de hidrocarbonetos na área compreendida pela Foz do Amazonas, e em áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional, dependerão necessariamente de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, sem prejuízo da observância das seguintes diretrizes específicas:

I – a aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável, conforme previsto no art. 170, VI, da Constituição Federal, garantindo a conciliação entre crescimento econômico, justiça social e proteção ao meio ambiente;

II – a adoção de tecnologias e práticas que minimizem impactos ambientais e sociais, promovendo a proteção dos ecossistemas e comunidades tradicionais afetadas;

III – a geração de benefícios socioeconômicos diretos para a população local, incluindo incentivos para infraestrutura, qualificação profissional e desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis;

IV – o fortalecimento da segurança energética nacional, a redução das desigualdades regionais e o incremento da arrecadação pública para a União, Estados e Municípios.

V – prioridade na análise e instrução de processos de exploração e produção de hidrocarbonetos por parte do Poder Executivo.

§1º A exploração sustentável de que trata o caput tem como objetivo compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente e à biodiversidade, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

§2º O Poder Executivo especificará os limites da área da Foz do Amazonas e das áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional.”

“**Art. 30-B.** A exploração de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas, e em áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional, será condicionada, além da realização de estudos técnicos, ambientais e socioeconômicos prévios, à concessão de licenciamento ambiental específico, observando-se:

I – a necessidade de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da região, elaborada por órgãos técnicos do Poder Executivo Federal, para





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

garantir a compatibilidade da exploração com a preservação dos biomas amazônicos e marinhos;

II – a exigência de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) específicos para cada projeto de exploração, considerando os riscos e impactos cumulativos da atividade;

III – a implementação de planos de mitigação e compensação ambiental que garantam a preservação da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas, conforme a legislação ambiental vigente;

IV – a participação da sociedade civil e de comunidades tradicionais no processo de licenciamento, por meio de audiências públicas e consultas prévias, nos termos da Convenção 169 da OIT e do art. 231 da Constituição Federal.

*Parágrafo único.* A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) corresponde ao instrumento de apoio à tomada de decisão, que subsidia opções estratégicas de longo prazo, promove e facilita a integração dos aspectos ambientais com os aspectos socioeconômicos, territoriais e políticos nos processos de planejamento e formulação de políticas, planos e programas governamentais.”

“**Art. 30-C.** O Poder Executivo regulamentará mecanismos de incentivo à adoção de tecnologias limpas e inovadoras na exploração de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas, incluindo:

I – estímulos para o desenvolvimento de pesquisas e aplicação de técnicas de captura e armazenamento de carbono, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa;

II – uso obrigatório de energia renovável em operações logísticas e industriais vinculadas à exploração, sempre que tecnicamente viável;

III – implementação de sistemas de monitoramento ambiental em tempo real, garantindo transparência e fiscalização eficiente das atividades exploratórias.”

**Art. 3º** A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a inclusão do seguinte dispositivo:

“**Art. 8-A** Em caso de a exploração e produção de hidrocarbonetos na área compreendida pela Foz do Amazonas, e em áreas sedimentares de





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

relevância estratégica para a segurança energética nacional, serem objeto de contrato firmado sob o regime de partilha de produção, deve-se observar as normas aplicáveis a essas atividades dispostas nos arts. 30-A, 30-B e 30-C da Lei nº 9.478, de 1997.”

**Art. 4º** A arrecadação proveniente dos royalties gerada pela exploração de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas, bem como nas áreas sedimentares de relevância estratégica para a segurança energética nacional, será distribuída conforme os critérios estabelecidos na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, se compreender contrato formado sob o regime de concessão, ou na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, se compreender contrato formado sob o regime de partilha de produção, garantindo, do produto resultante dessa arrecadação, um adicional de:

I – 5 pontos percentuais em favor dos Estados da Região Norte, visando à redução das desigualdades regionais; e

II – 3 pontos percentuais em favor de Municípios afetados diretamente pela atividade de exploração, incluindo aqueles impactados pelo fluxo logístico.

*Parágrafo único.* Essas alíquotas adicionais visam reunir recursos para lidar com impactos socioeconômicos da exploração de hidrocarbonetos nas respectivas áreas em apreço, considerando os riscos a que se submetem.

**Art. 5º** O Poder Executivo, regulamentará os dispositivos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

## JUSTIFICAÇÃO

A exploração sustentável de hidrocarbonetos na Foz do Amazonas representa uma oportunidade estratégica para o Brasil fortalecer sua segurança energética, reduzir desigualdades regionais e ampliar a arrecadação para Estados e Municípios, garantindo um crescimento econômico alinhado aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Este Projeto de Lei busca estabelecer um marco regulatório específico para a exploração da Foz do Amazonas, que seja robusto e que viabilize essa exploração de forma equilibrada, respeitando os princípios constitucionais da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal - CF) e da busca pelo desenvolvimento nacional (art. 3º, II, da CF).

A Foz do Amazonas possui um potencial significativo para exploração de petróleo e gás, como demonstram estudos técnicos da Petrobras e de consultorias especializadas. Situada em uma bacia sedimentar, a região reúne condições geológicas favoráveis para a presença de reservatórios de hidrocarbonetos, o que pode contribuir para o aumento da produção nacional e a redução da dependência de importação de combustíveis fósseis, tornando o Brasil mais competitivo no cenário global. As experiências de exploração em águas profundas e ultra profundas já demonstraram ser viáveis do ponto de vista técnico e econômico, desde que acompanhadas de regulamentação eficiente e mecanismos adequados de mitigação de impactos ambientais e sociais.

Os benefícios da exploração de petróleo na Foz do Amazonas extrapolam a questão energética, pois impactam positivamente a economia regional e nacional. Estudos apontam que a exploração pode gerar milhares de empregos diretos e indiretos, dinamizando setores como logística, construção naval, serviços industriais e tecnológicos. Além disso, a atração de investimentos privados e internacionais para a infraestrutura da região impulsionará a qualificação de mão de obra, transferência de tecnologia e inovação em métodos de extração e mitigação ambiental. O setor de petróleo e gás tem historicamente impulsionado avanços científicos, fomentando pesquisas em biotecnologia,





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

monitoramento ambiental e novas fontes energéticas, como biocombustíveis e captura de carbono.

Este Projeto de Lei se alinha à necessidade de reduzir as desigualdades regionais, especialmente na Região Norte, que apresenta os menores indicadores de desenvolvimento socioeconômico do país. A criação de uma alíquota adicional *royalties* e a sua distribuição proposta neste PL buscam corrigir distorções históricas ao destinar percentuais específicos para Estados e Municípios da Região Norte, além de contemplar Municípios diretamente impactados pela atividade exploratória. Com essa distribuição, objetiva-se garantir que as receitas provenientes da exploração contribuam para o desenvolvimento local, financiando infraestrutura, educação, saúde e segurança, essenciais para a melhoria das condições de vida das populações da Amazônia Legal, e se atenuem os efeitos dos impactos da atividade ora regulada.

A previsão de exigências ambientais rigorosas, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a obrigatoriedade de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) específicos para cada projeto, reforça o compromisso com a proteção dos ecossistemas amazônicos. A adoção de tecnologias de última geração para monitoramento e mitigação de impactos ambientais, incluindo captura e armazenamento de carbono, energia renovável para operações logísticas e controle remoto de processos exploratórios, será incentivada para garantir a compatibilidade da exploração com a preservação ambiental.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da posição do Brasil no cenário global de energia. A transição energética para fontes renováveis é um processo gradativo e, até sua consolidação, o petróleo e o gás continuam sendo fundamentais para a economia mundial. A exploração controlada e sustentável desses recursos na Foz do Amazonas permitirá que o Brasil amplie sua participação no mercado internacional de energia, negociando de forma mais estratégica seus ativos energéticos e gerando divisas para investimentos em fontes renováveis e inovação tecnológica.







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25442.05825-28

Além disso, este Projeto de Lei representa um avanço institucional ao oferecer segurança jurídica para investidores e operadores do setor de óleo e gás, reduzindo incertezas regulatórias e burocráticas que muitas vezes inviabilizam empreendimentos dessa magnitude. A previsibilidade normativa e a transparência nos processos de licenciamento garantirão um ambiente de negócios mais estável e atraente para novos investimentos, favorecendo o crescimento da indústria nacional e a ampliação da arrecadação pública.

Por fim, é inegável que a Foz do Amazonas será explorada de alguma forma no futuro, seja por meio da Petrobras ou por empresas estrangeiras. A ausência de um marco regulatório adequado pode resultar na exploração desordenada, sem as devidas contrapartidas socioambientais e sem que os Estados e Municípios se beneficiem adequadamente dessa riqueza. O presente Projeto de Lei assegura que a exploração ocorra sob regras bem definidas, garantindo benefícios econômicos para o Brasil e a proteção do meio ambiente, promovendo um modelo de desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Ante o exposto, exortamos os nobres Pares à aprovação desta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS  
(REPUBLICANOS)





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art225

- art231

- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo; Lei da ANP; Lei da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Lei de Petróleo e Gás - 9478/97

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>

- art30-1

- art30-2

- art30-3

- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12351>